
PORTUGAL: PERSPECTIVA ECONÓMICA

Jorge Rocha de Matos

PORTUGAL: PERSPECTIVA ECONÓMICA (*)

Uma profunda alteração dos perfis de especialização ao nível internacional e a crescente mundialização da economia, verificadas ao longo da década de oitenta, colocaram à economia portuguesa sérios desafios. Neles se joga a nossa capacidade de assumir, ou não, uma economia moderna e desenvolvida, no dealbar do terceiro milénio da nossa era.

A estrutura das trocas de bens e serviços e a especialização internacional modificaram-se, a um ritmo cada vez mais rápido, face aos grandes progressos tecnológicos entretanto verificados e à sua cada vez maior disseminação, dados os avanços na área da informação e das comunicações.

Por seu turno, a mundialização crescente das economias traduz-se por um crescimento contínuo das trocas, pela internacionalização dos mercados e por uma acelerada difusão do progresso técnico.

Como resultado deste quadro, a concorrência intensificou-se, passando a capacidade de adaptação das estruturas produtivas e os níveis de competitividade de cada economia, ao nível externo, a constituírem-se como factores decisivos do desenvolvimento económico.

PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO

Num outro plano, mas tendo na base as mesmas razões, vamos assistindo, por um lado, ao predomínio na cena mundial dos grandes pólos de desenvolvimento — CEE, EUA e Japão — que, tendo apenas 14 por cento da população no seu conjunto, geram mais de 60 por cento do produto mundial e realizam cerca de 50 por cento do comércio internacional. Por outro, observa-se o próprio realinhamento da sua influência, tendo em vista a readaptação às mutações tecnológicas verificadas que, provocando novos processos de produção e o aparecimento de novos produtos, conduzem tam-

(*) Comunicação apresentada durante a Semana de Estudos de Defesa, realizada em Faro, de 12 a 17 de Dezembro de 1988.

bém a novas formas de organização, seja ao nível das empresas, seja ao dos mercados.

O objectivo da criação do Mercado Único Europeu, até 1933, se não deixa de ser o resultado natural do desenvolvimento da CEE, iniciado há cerca de trinta anos com a assinatura do Tratado de Roma, é também a própria necessidade de eliminar restrições e estrangulamentos, de modo a poder competir, com mais possibilidade de êxito, com os níveis de desenvolvimento tecnológico entretanto alcançados pelos EUA e pelo Japão.

O recente acordo de integração económica estabelecido entre os EUA e o Canadá, que alguns analistas perspectivam que venha a ser alargado ao México, e a possibilidade de o Japão vir a «liderar» uma zona de comércio livre que poderá incluir vários países do Extremo-Oriente de industrialização recente, enquadram-se nos novos cenários de competitividade.

A concretizarem-se, tais factos poderão confirmar a tese bastante difundida do deslocamento dos centros de «poder económico» do Atlântico (século XX) para o Pacífico (século XXI).

A possibilidade da China vir a ser uma potência económica no final do século e a sua cada vez maior abertura ao exterior, bem como a própria evolução que se vem verificando no COMECON, a agrupar as economias da Europa de Leste, no sentido de um mais intenso relacionamento com os outros grandes blocos económicos, são consequência das evoluções verificadas e, simultaneamente, factores de desenvolvimento da tendência para a mundialização das economias.

DA EFTA À CEE

Portugal é um pequeno país em dimensão, com uma economia que, mais ou menos desenvolvida, não deixará de ser sempre uma pequena economia. A realidade mostra-nos, no entanto, que quanto menor for a dimensão de uma economia — se se pretender desenvolvida e forte, em termos relativos — maior é a necessidade de se abrir ao exterior. Os sistemas de autarquia económica, cada vez menos possíveis no futuro próximo, foram um privilégio das grandes nações e, talvez, num ou noutro caso, de «purismos ideológicos». Daí a necessária capacidade de adaptação e inserção das nossas estruturas produtivas no âmbito da economia internacional.

A própria economia portuguesa foi crescendo à luz de um determinado processo de desenvolvimento industrial, sem que, por razões diversas, tenha sido possível assumir claramente os seus principais vectores.

O «atraso» que hoje se verifica, comparativamente aos níveis atingidos nos principais países desenvolvidos, bem como o significativo desfasamento do nível tecnológico, constitui o resultado desse facto. Tendo embora abandonado o regime de autarcia na década de sessenta e iniciado a abertura ao exterior, participando no processo de integração europeia através da EFTA, de que foi membro fundador, vicissitudes várias, a nível interno, entre as quais as de natureza política deverão ter sido predominantes, conduziram a que o processo de desenvolvimento económico de Portugal fosse rapidamente cerceado por diversos estrangulamentos. A evolução posterior, com as alterações políticas, económicas e sociais verificadas no nosso país em meados da década de setenta — numa época em que ocorreram as primeiras grandes crises no mundo económico desenvolvido (primeiro choque petrolífero e alterações no sistema monetário internacional) — e a sucessão de políticas conjunturais que durante muitos anos se seguiram — com novos choques à escala internacional e, simultaneamente, desenvolvendo-se medidas de reajustamento estrutural no seio das diversas economias — conduziram a que se tornassem bem nítidas as consequências de tais desfasamentos.

Tomando como base a indústria de dezoito dos países que constituem a OCDE, verifica-se que em 1960 existiam onze países em que o peso do sector industrial no produto interno era superior, em termos relativos, ao verificado em Portugal, então considerado como um país fracamente industrializado. Em 1985, entre vinte e dois países desenvolvidos da OCDE, apenas três tinham o peso da indústria, no produto interno, superior ao que se verificava em Portugal. Se, em vez da produção industrial, se observasse o volume de emprego, a situação seria, talvez, mais marcante. Entre vinte e quatro países desenvolvidos, apenas seis, em 1960, e cinco em 1972, tinham um volume de emprego, na indústria, inferior ao verificado em Portugal. Em 1979 já havia, apenas, nove países em vinte e quatro com volume de emprego superior ao verificado em Portugal e, em 1985, apenas quatro países em vinte e quatro se encontravam nesta situação.

Em 1 de Janeiro de 1986, culminando um longo processo de negociações, Portugal tornou-se membro de pleno direito das Comunidades Euro-

peias, com as quais, aliás, vinha mantendo relações económicas predominantes e com quem tinha assinado um acordo de comércio livre em 1972.

Sem nunca deixar de ter bem presente as dificuldades que se deparariam, o meio empresarial português defendeu claramente esta integração. Existiam razões profundas, de natureza política, económica, social e cultural, para justificar a nossa adesão às Comunidades e aceitar o duplo desafio que ela significava para Portugal.

Tratando-se embora de uma matéria pouco referida pelos analistas políticos e económicos, na época das negociações, tinha-se também como claro que, apesar da dificuldade em quantificar os efeitos dinâmicos da integração de uma economia num espaço integrado mais vasto, os custos da não adesão seriam, no caso português, sempre superiores aos eventualmente derivados da própria adesão.

A entrada nas Comunidades determina o enquadramento da evolução da economia portuguesa. Trata-se de um quadro não rígido, pois a própria Comunidade estava e continua a estar também numa fase de mutação, no sentido de reforçar a sua própria coesão interna e a sua inserção e o peso na economia mundial. Em Portugal há que ter em conta não só a própria adaptação a uma nova situação mas, também, a sua inserção na transformação da Comunidade, facto este que, como vai sendo cada vez mais visível na construção do Mercado Interno europeu, redobra as necessidades de modernização e adaptação das estruturas produtivas do País.

Do que formos capazes de fazer no momento presente dependerá a possibilidade de, no final deste século, podermos encarar a nossa economia como uma economia moderna e actuante, quer no seio da Comunidade de que fazemos parte, quer, de forma directa ou indirecta, na própria cena internacional.

Decorridos os primeiros três anos de adesão, não podemos deixar de referir que o balanço se afigura como positivo. Apesar de, por razões várias, não ter sido proporcionada a possibilidade de preparar devidamente as nossas estruturas produtivas, as mesmas reagiram de forma positiva e têm demonstrado uma boa capacidade de adaptação, pesem embora algumas dificuldades que continuam a persistir no caminho de uma rápida modernização do tecido económico e social português.

Muitos dos defeitos mais significativos da adesão, porque só visíveis a médio prazo, ainda estão por fazer-se sentir. É bom não esquecer que

o facto de Portugal e Espanha terem aderido às Comunidades no mesmo momento alterou substancialmente os contornos do mercado comunitário e o relacionamento económico tradicional entre os dois países vizinhos. São consequência disso as alterações ao nível da implantação económica e do realinhamento de estratégias das empresas europeias e multinacionais de que todos nos vamos dando conta. A evolução dos fluxos de investimento directo em Portugal é bem sintomática. Daqui decorre que também as empresas portuguesas têm de aumentar a sua participação noutros países, em termos de investimento, de modo a que a internacionalização crescente da nossa economia tenha uma adequada participação de interesses portugueses.

Neste campo, a própria adesão às Comunidades não só conduz a esta necessidade como abre novas perspectivas, pois Portugal tem condições para se tornar um elemento importante, atento ao relacionamento histórico com África, América Latina e, até, com algumas regiões do Extremo Oriente, na política comunitária de apoio ao desenvolvimento.

A ECONOMIA PORTUGUESA HOJE

A economia portuguesa, após profunda recessão nos anos de 1983 e 1984, em consequência do programa de estabilização, necessário face aos valores negativos que se verificavam no domínio das contas externas, iniciou, em 1985, um período de viragem, consolidado em 1986 e 1987, anos em que se observou um significativo crescimento, conjugado com a diminuição sensível da taxa de inflação e uma situação positiva nas contas com o exterior.

De facto, 1983 e 1984 constituíram um período de forte regressão, bem marcado pela evolução negativa, nos volumes do produto interno, do consumo privado e do investimento. As exportações tiveram uma evolução positiva, o que, conjugado com a diminuição das importações (consequência do decréscimo verificado no consumo privado e no investimento), permitiu a reversão da situação, relativamente à balança de transacções correntes, cujo saldo negativo tinha atingido valores in comportáveis em anos anteriores.

Em 1986 e 1987 consolidaram-se as tendências já verificadas em 1985, com um aumento substancial do produto interno bruto e do investimento.

O índice de preços no consumidor deixa a casa dos dois dígitos, em 1987, e verificam-se saldos positivos nas contas externas. As importações crescem significativamente devido aos efeitos conjugados do aumento acentuado do consumo privado, do investimento e da recomposição de «stocks».

Em 1988, as estimativas existentes apontam para a manutenção de taxas elevadas de crescimento, embora inferiores às verificadas em 1987. O investimento que, com as taxas de crescimento em 1986 e 1987, atingiu valores reais próximos ou ligeiramente superiores aos do período anterior à recessão, deverá crescer ainda acentuadamente o que, conjugado com o crescimento ainda forte do consumo, conduzirá a um crescimento das importações, em 1988, extremamente notório. O défice da balança de bens e serviços traduzirá, no ano findo, um desequilíbrio mais acentuado, sendo no entanto previsível, dada a evolução favorável em outros fluxos com o exterior, que a balança de transacções correntes venha a ter um saldo positivo.

De qualquer modo é previsível, e a própria política económica seguida vai nesse sentido, que gradualmente se verifique uma moderação de crescimento no consumo e que o investimento continue a crescer significativamente, embora a um ritmo mais baixo que nos três últimos anos. Esta situação deverá proporcionar um aumento das importações que, conjugado com o das exportações, permita a existência de défices da balança de bens e serviços compatíveis com a inexistência de desequilíbrios graves nas contas com o exterior.

Sendo Portugal uma economia de pequena dimensão extremamente aberta ao exterior, tendência esta que reforçará nos próximos anos, é evidente que a evolução da economia internacional influencia, de forma bastante acentuada, a economia portuguesa. Este facto ganha ainda maior significado se tivermos em conta que os principais desequilíbrios estruturais da nossa economia, pela sua própria natureza, só serão possíveis de ser superados, ainda que parcialmente, numa perspectiva de médio e longo prazo. Assumem, entre estes, especial relevância o desequilíbrio energético, o desequilíbrio alimentar e o desequilíbrio tecnológico. A evolução internacional dos preços dos produtos energéticos e das matérias-primas de base, combinados com a evolução das cotações das moedas com maior peso no comércio internacional, têm reflexos extremamente importantes

na evolução dos principais agregados macroeconómicos da economia portuguesa.

Por outro lado, a manutenção de um clima favorável ao investimento e à modernização, sem restrições significativas, quer quanto à disponibilidade e custo do capital, quer quanto às possibilidades de importação de bens de equipamento, constitui uma das condições essenciais para a existência de níveis de investimento susceptíveis de proporcionar avanços no domínio do desenvolvimento tecnológico.

Neste âmbito, e se é certo que os principais desequilíbrios estruturais se mantêm, embora atenuados nos seus reflexos pela própria evolução internacional, o acréscimo do investimento nos últimos dois anos e a manutenção de uma taxa de crescimento elevada em 1988, revela-se positiva, principalmente se se atender a que:

O investimento em equipamento tem crescido em volume, a taxas superiores ao total (16,2 por cento em 1986 e 30,2 por cento em 1987); a sua decomposição por tipo de finalidade teve, em 1987, uma evolução também significativa, em termos qualitativos: o investimento para extensão de capacidade atingiu 38,5 por cento do total (33,0 por cento em 1986), tendo a parte relativa à substituição (a qual previsivelmente se terá feito com equipamento mais moderno) diminuído de 45,7 por cento em 1986, para 40 por cento em 1987.

Um indicador importante quanto à evolução do clima económico é o da constituição de sociedades anónimas, cujo capital, tendo atingindo o montante de 11,4 milhões de contos, em 1985, passou para 30,3 milhões de contos, em 1987. De salientar que, neste último ano, os aumentos de capital nas sociedades anónimas atingiram o montante de 173,1 milhões de contos, dos quais 81,2 por subscrição.

Ainda no que se refere ao investimento, há a salientar também uma evolução favorável, em 1987 e 1988, do volume de investimento estrangeiro. Depois de um valor modesto do investimento directo estrangeiro em 1986, de 24,5 milhões de contos (640 processos de IDE), registou-se, em 1987, um valor de 61,6 milhões de contos (1113 processos). No primeiro semestre de 1988, o montante de IDE atingiu 53,4 milhões de contos (814 processos), valores estes que prefiguram um crescimento muito acentuado no ano findo.

Para a evolução demonstrada por alguns indicadores sobre o investimento muito terá contribuído, por um lado, a retoma da actividade económica, passado o período de depressão de 1983/84, por outro, a adesão às Comunidades Europeias. Este facto, para além de, em conjunto com a evolução político-social interna, ter proporcionado uma certa estabilidade quanto às perspectivas dos agentes económicos portugueses num horizonte de médio prazo, conduziu a uma cada vez mais generalizada necessidade de se avançar no campo de uma maior competitividade, através da modernização e racionalização das capacidades de produção existentes.

Finalmente, com maior capacidade financeira derivada do acesso aos fundos estruturais e da melhoria do clima financeiro, a dinâmica das empresas europeias e, até, não europeias, relativamente às suas estratégias de implantação, tende a reforçar as condições objectivas, favoráveis ao crescimento do investimento da economia portuguesa.

PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

O sector industrial tem e continuará a ter nos próximos anos, dentro da economia portuguesa, um peso significativo em termos de emprego, de produto e de comércio internacional.

A indústria portuguesa tem características heterogéneas. Embora predominantes, as pequenas e médias empresas, que constituem a esmagadora maioria, tanto podem representar uma das suas vulnerabilidades, como uma das suas potencialidades. Com efeito, não será tanto no facto de predominarem, na estrutura industrial portuguesa, pequenas e médias empresas, que residirão os principais «handicaps». O peso das PME é relevante na generalidade das economias do Mundo. O que está verdadeiramente em causa é a «dimensão económica» das pequenas e médias empresas portuguesas, não propriamente pelo número de pessoas que empregam mas pela capacidade que, para idênticos volumes de emprego, tenham em criar riqueza. Por outras palavras, tal situação tem a ver com o nível tecnológico existente, com níveis de qualidade dos bens e serviços produzidos, e com a capacidade de afirmação nos mercados em que actuem, seja ela de natureza internacional, nacional ou meramente regional.

Além disso, sendo reconhecida a possibilidade de adaptação das pequenas e médias empresas no evoluir das situações económicas diversificadas,

a sua maior capacidade para a inovação e a sua grande flexibilidade levam a considerar que o facto de existir no tecido industrial português uma esmagadora maioria de empresários que geram empresas de pequena e média dimensão poderá constituir, em determinadas situações, mais uma vantagem do que um «handicap».

Estará em causa, fundamentalmente, o sermos ou não capazes, como sociedade, de encarar de frente o quadro sociológico e económico existente, as suas características próprias e potenciar as suas capacidades, visando o progresso e o desenvolvimento económico e social.

Não poderá, no entanto, inferir-se que não devem ser tidas em consideração as grandes empresas. Mais, há a convicção de que parte significativa das possibilidades de desenvolver a nossa capacidade industrial passa pela afirmação de algumas grandes empresas de interesses portugueses e, muito especialmente, pelo desenvolvimento de grupos económicos em que as formas de gestão moderna e agressiva, apoiadas em processos tecnológicos novos ou na sua fase ascendente de maturação, bem como a capacidade de intervenção num contexto económico cada vez mais concorrencial, seja um facto. Não se pretende, isso sim, alinhar na dicotomia, tantas vezes estabelecida, de que só as grandes empresas têm capacidade para se afirmarem nos mercados internacionais ou, ao contrário, de que só o «small is beautiful». Fundamentalmente, o que está em causa é a realidade «empresa», e está por provar que a dimensão física, só por si, determine a sua viabilidade.

Na generalidade, considera-se que a indústria portuguesa tem um grau de desenvolvimento tecnológico fraco. No entanto, não deixam de existir empresas que desenvolvem a sua actividade com base em processos tecnológicos modernos e competitivos e que geram desenvolvimentos significativos na área tecnológica. Uma grande parte da indústria portuguesa situa-se, de facto, nos sectores ditos tradicionais, mas não é menos verdade que existem progressões importantes nas denominadas indústrias modernas — seja na área química, na siderúrgica, na electrónica e comunicações, no material de transporte — e que empresas dos sectores tradicionais se afirmem como agentes dinamizadores do desenvolvimento tecnológico e da inovação.

Outros exemplos poderiam ser apontados para ilustrar o dualismo estrutural existente, o qual é uma característica típica em qualquer pro-

cesso de desenvolvimento incompleto. No momento presente, mais importante do que procurar explicações para o passado, as quais, para além de serem um importante referencial histórico, ganharão sentido, na medida em que ajudem a construir o futuro, está em causa o desenvolvimento da indústria e da economia portuguesas.

Jorge Rocha de Matos

Presidente da Associação Industrial Portuguesa